

**PRIMEIRA - ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA DO  
INSTITUTO RENATO BORGHETTI DE CULTURA E MUSICA**

**ESTATUTO SOCIAL**

**CAPITULO I**

**DA ENTIDADE**

**Art. 1º** - O INSTITUTO RENATO BORGHETTI DE CULTURA E MUSICA (IRB) é uma entidade de direito privado, de fins não econômicos, sem vínculos políticos, religiosos ou subordinação a qualquer organização ou pessoa.

**Parágrafo 1º:** O Instituto terá tempo indeterminado de duração.

**Parágrafo 2º:** Todas as atividades deste Instituto serão regidas pelo presente Estatuto e legislação em vigor.

**Art. 2º** - O Instituto, bem como seus dirigentes e associados, em todos seus atos, deverão pautar-se pelos princípios da ética, culto à verdade, solidariedade humana, altruísmo.

**Parágrafo Único:** O Instituto tem sua sede e foro na cidade e comarca da Barra do Ribeiro/RS, Estado do Rio Grande do Sul, Republica Federativa do Brasil, com endereço na Rua Júlio de Castilhos, n. 1420, Bairro Centro, CEP 92.870-000, e as funções administrativas na Avenida Osvaldo Aranha, n. 1022, sala 502, Bairro Bom Fim, na cidade de Porto Alegre/RS, CEP: 90.035-191, podendo ter oficinas, centro de estudos e ensinamento em todo o Território Nacional.

**Art. 3º** - O IRB (Instituto Renato Borghetti de Cultura e Musica) é simbolizado por um emblema criado pelo fundador Renato Becker Borghetti.

**CAPITULO II**

**DAS FINALIDADES**

**Art. 4º** - Instituto Renato Borghetti de Cultura e Musica tem finalidade de:

- a) Promover e ajudar no desenvolvimento da cultura e da arte regional;
- b) Produzir e montar estratégias de aproximação à tradição em torno da música, utilizando em particular o instrumento denominado GAITA PONTO ou ACORDEON DIATÔNICO;
- c) Criar formas alternativas de sustentabilidade, através da fabricação e comercialização do instrumento musical chamado de GAITA PONTO ou ACORDEON DIATÔNICO;
- d) Gerar espaços para revelar talentos anônimos que existem em profusão em bairros e vilas, prepará-los para enfrentar outras oportunidades que possam surgir, desenvolvendo aptidões, realizando sonhos e dando suporte para



continuidade de carreias artísticas e de outras naturezas, assim desenvolvendo o processo de promoção da cidadania;

e) Proporcionar e valorizar as contribuições dos movimentos na construção de um projeto alternativo (identidade, valores, subjetividade), que orientem nossos princípios, identificados com o coletivo, a partir de demandas sociais e das mudanças frequentes na realidade;

f) Estimular a sensibilidade e despertar interesse, principalmente aos jovens e crianças, pelo instrumento musical, oferecendo condições gratuitas de aprendizado através de cursos de formação, especialização, aperfeiçoamento, intercâmbio, criando uma verdadeira "FABRICA DE GAITEIROS";

g) Elaborar programas e projetos na área da Música;

h) Preparar ações e projetos na área cultural;

i) Promover e acompanhar iniciativas legislativas, estimulando as que possam contribuir para o desenvolvimento do movimento musical e cultural em geral;

j) Estabelecer parcerias para realização de captação de recursos para realização de projetos sociais e de outras naturezas;

l) Captar recursos para projetos da área da cultura, educação, saúde, lazer e cidadania;

m) Disponibilizar um espaço (sala), para fins de espetáculos artísticos e artes cênicas;

n) atividades de designer gráfico, para desenvolver e criar produtos, logotipos, marcas, embalagens, fotografias, definição e formato de páginas de jornais e revistas, como também, criar visual de sites para internet, blogs, banners, desenvolvimento de anúncios para mídia, entre outros.



### CAPITULO III

#### DOS ASSOCIADOS

**Art. 5º** - Serão admitidos como associados, pessoas físicas, que estabelecerão seu vínculo com o Instituto Renato Borghetti de Cultura e Musica, única e exclusivamente, pela contribuição financeira.

**Parágrafo Primeiro:** Para adquirir a qualidade de associado, o candidato deverá manifestar essa intenção, por escrito, preencher ficha de inscrição, submeter-se aos dispositivos deste Estatuto e obter a aprovação da Diretoria desta Entidade.

**Parágrafo Segundo:** Não serão fornecidas ao candidato as razões de eventual recusa, nem lhe cabe, dessa decisão, direito a recurso, a qualquer instância do Instituto.

**Art. 6º** - Os associados serão distribuídos em 03 (três) categorias, a saber:

**I. Fundadores:** as pessoas físicas que subscrevem a ata de fundação do IRB.

**II. Efetivos:** São pressupostos para admissão à categoria de associados efetivos:

a) Ser pessoa de conduta ilibada, de preferência com participações nos movimentos das regiões;

- b) Ser apresentado, para a categoria de associado, por uma pessoa já associada; e  
c) Ter sua ficha de inscrição aprovada em reunião da diretoria executiva.



**III – Beneméritos:** pessoas físicas que forem assim declaradas pela Assembléia Geral dos associados, em reconhecimento a relevantes serviços à Entidade, ficando, daí em diante, isentos da cobrança de anuidade ou qualquer outra contribuição associativa, que venha a ser instituída.



**Art. 7º - Constituem direitos dos associados.**

- I. Votar nas assembleias gerais ordinárias ou extraordinárias.
- II. Ser votado para ocupar cargos eletivos, na Diretoria ou Conselho, com exceção dos associados beneméritos.
- III. Participar de todas as atividades do Instituto, apresentar moções, crítica e sugestões visando ao melhor desempenho da Entidade.
- IV. Solicitar, por escrito e justificadamente, informações ou prestações de contas dos Órgãos dirigentes.

**Parágrafo Único:** Só poderá ser eleito para cargo da Diretoria e Conselho Comunitário o associado que conte, à data da eleição, mais de 05 (cinco) anos de inscrição no Instituto.

**Art. 8º - São deveres dos associados.**

- I. Cumprir e fazer cumprir as disposições do presente Estatuto e as resoluções da Diretoria.
- II. Zelar pelo patrimônio moral e material do Instituto.
- III. Cooperar para o desenvolvimento e expansão das atividades desta Entidade.
- IV. Pagar, salvo os associados beneméritos, as contribuições fixadas pelos Órgãos competentes.

**Art. 9º -** O associado que mantiver conduta desabonadora diante dos princípios de moral e ética divulgados pelo Instituto Renato Borghetti de Cultura e Música – IRB, terá uma suspensão de 90 dias, a ser aplicada pela diretoria.

**Parágrafo único -** Os associados que deixarem de pagar 3 (três) parcelas, consecutivas ou intercaladas, das contribuições associativas, ou descumprirem as disposições do presente estatuto, poderão ser excluídos do quadro da Entidade, por ato da Direção, com recurso para Assembléia Geral.

**Art. 10º -** Os associados não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações financeiras, de qualquer natureza, do Instituto.

**Art. 11º** - Os diretores e demais membros da administração do Instituto não são pessoalmente responsáveis pelas obrigações que vierem a contrair, em nome da Entidade, em virtude de ato regular de gestão.



## **CAPITULO IV**

### **DO PATRIMÔNIO**

**Art. 12º** - O patrimônio do Instituto é constituído por:

I – valor comercial da marca “Renato Borghetti”

II – doações de pessoas físicas ou jurídicas, dotações públicas, legados, aquisições, ou por qualquer outro meio lícito.



**Art. 13º** – As fontes de recursos para a manutenção do Instituto Renato Borghetti de Cultura e Musica – IRB serão as elencadas abaixo:

I. Taxa de inscrição e anuidades associativas estabelecidas em resolução da Diretoria;

II. Fundo de auto-sustentabilidade, que se dá através de atividades comunitárias, contribuições espontâneas, promoções de eventos, vendas produtos fabricados da própria entidade e contribuições dos associados;

III. Quaisquer outros meios não vedados em Lei ou por este Estatuto;

IV. Captação de Recursos na área social e cultural;

V. Recursos oriundos da Lei de incentivo à Cultura;

VI. Financiamento de fundos para terceiro setor, no Brasil e no Exterior;

VII. Convênios.

## **CAPITULO V**

### **DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO**

**Art. 14º** - São órgãos dirigentes do Instituto:

I – Assembléia Geral;

II – Diretoria;

III – Conselho Comunitário.

### **SEÇÃO I**

#### **Da Assembléia Geral**

**Art. 15º** - Da Assembléia Geral será:

- I – Ordinária e
- II – Extraordinária



**Art. 16º** – A Assembléia Geral poderá ser convocada por carta postal ou eletrônica, ou por edital, com antecedência mínima de 10 dias à data de sua realização.

**Parágrafo Único:** A Assembléia Geral será realizada:

I. Em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta (metade mais um) do corpo associativo.

II. Em segunda convocação, meia hora depois, com qualquer número de associados.



**Art. 17º – Compete à Assembléia Geral Ordinária.**

I. Eleger, a cada 04 (quatro) anos, no mês de dezembro, os membros da Diretoria e, a cada (três) anos, os membros do Conselho Comunitário, e dar posse aos eleitos.

II. Apreçar, anualmente, no mês de março, as contas e relatório da Diretoria, relativos ao ano fiscal anterior; aprovar o programa geral de atividades do Instituto para o exercício subsequente, bem como seu orçamento.

III. Decidir, em grau de recurso, sobre exclusão de associado, promovida pela Diretoria.

IV – Aprovar operação de crédito, assunção de obrigação financeira, compra de bens para o patrimônio, acima do valor de alçada fixado à Diretoria.

V – Os demais casos omissos neste Estatuto.

**Parágrafo Único:** Para a deliberação da matéria constante do (inciso III), deste artigo, será assegurado ao associado o direito a ampla defesa.

**Art. 18º** – As deliberações da assembléia são, desde logo, válidas e eficazes entre os associados, mas só valerão face a terceiros após seu registro no cartório competente.

**Art. 19º – Compete à Assembléia Geral Extraordinária**

I. Alterar o presente estatuto.

II. Destituir, mediante a decisão fundamentada, membro da Diretoria, assegurado o direito à ampla defesa.

III – Autorizar a venda de bens, de qualquer valor do patrimônio do Instituto.

IV. Deliberar acerca da dissolução de Entidade e destinação de seus bens.

5

**Parágrafo 1º:** As deliberações sobre as matérias constantes dos incisos I, II, III, IV, deste artigo, só serão tomadas pela Assembléia Geral Extraordinária mediante o voto de 2/3 (dois terços) do corpo de associados, em primeira convocação, ou, no mínimo, metade daqueles, nas convocações posteriores.



**Parágrafo 2º:** A Assembléia Geral Extraordinária será convocada por ato da Diretoria do Instituto ou mediante solicitação fundamentada de, no mínimo, 1/5 (um quinto) dos membros do corpo de associados.

**Art. 20º** – Nas Assembléias Gerais só poderá votar e ser votado o associado que estiver em dia com o pagamento da anuidade previstas neste Estatuto e com as demais obrigações.



## SEÇÃO II

### Da Diretoria

**Art. 21º** – a Diretoria do Instituto tem a seguinte composição:

I – Presidente

II – Vice-Presidente

III – Diretor Administrativo e Financeiro

IV – Diretor de Marketing (ou de Promoções)

**Parágrafo 1º:** As decisões da Diretoria, salvo disposições expressas em contrário, serão tomadas pela maioria simples dos membros presentes, cabendo ao Presidente, além do voto ordinário, o voto de qualidade em caso de empate.

**Parágrafo 2º:** A Diretoria do Instituto reunir-se-á, ordinariamente, na primeira semana de cada mês, para deliberar sobre os assuntos da Entidade e, extraordinariamente, a requerimento de qualquer dos integrantes do corpo de associados, para apreciar assunto de real interesse da Entidade.

**Parágrafo 3º:** As reuniões da Diretoria serão marcadas pelo Presidente, por iniciativa própria ou por solicitação de, no mínimo, 3 (três) de seus membros, devendo, no ultimo caso, ser aprazadas para dentro de 48 (quarenta e oito) horas da entrada do pedido.

**Parágrafo 4º:** Em qualquer hipótese, as reuniões serão convocadas com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data de sua realização.

**Parágrafo 5º:** Os Diretores terão autonomia para organizar suas respectivas áreas e gerenciar os trabalhos necessários para cumprir com suas funções, respeitadas as disposições deste Estatuto e os orçamentos aprovados para cada exercício fiscal.

**Art. 22º** – Compete À Diretoria:

1  
B

I. Aprovar nomes para associados efetivos;

II. Examinar e discutir orçamentos, demonstrações de receitas e despesas, e situação patrimonial;

III. Examinar contratos de serviços de terceiros;

IV. Fixar preços, taxas e o valor de contribuições por ela instituídas.

V. Aprovar a celebração de convênios;

VI. Cumprir e fazer cumprir este estatuto;

VII. Decidir sobre outros assuntos previstos neste Estatuto como de sua competência;

VIII. Resolver casos omissos, fora das atribuições da Assembléia Geral;

IX. Elaborar cronograma de eventos.



#### **Art. 23º – Compete ao Presidente:**

I. Representar o Instituto em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, em tudo que se referir aos assuntos de interesse da Entidade, representar seus interesses perante todo e qualquer órgão e Instituição pública ou privada, autoridades governamentais, de qualquer nível constitucional.

II- Firmar convênios, acordos, ajustes e/ou termos de parceria de interesse da Entidade, nos termos deste Estatuto, isolada ou em conjunto com o Diretor Administrativo e Financeiro.

III – Convocar assembléias gerais extraordinárias, sempre que isso for deliberado pela Diretoria ou for requerido por, no mínimo, 1/5 (um quinto) dos associados em condições de votar e serem votados.

IV. Contratar e demitir funcionários, submetendo, previamente seus nomes à Diretoria.

V. Executar e fazer executar as deliberações das assembléias gerais.

VI. Promover a execução dos objetivos da entidade.

VII – movimentar, em conjunto com o Diretor Administrativo e Financeiro, os recursos financeiros da Entidade.

VIII. Supervisionar as atividades dos outros diretores.

IX. Propor modificações ao presente Estatuto, a ser deliberado pela Assembléia Geral. ✓

#### **Art. 24º – Compete ao Vice-presidente:**

7

- I. Substituir o presidente em seus impedimentos e sucedê-lo no caso de vaga.
- II. Comparecer às reuniões de Diretoria, votando as matérias discutidas.
- III- Colaborar com o presidente em todas as atividades de interesse do Instituto.
- IV. Apresentar proposições, projetos, sugestões para a mais fecunda atuação do Instituto.
- V. Desempenhar as atribuições que lhe forem delegadas pelo presidente.



#### **Art. 25º – Compete ao Diretor Administrativo e Financeiro:**

- I. Cuidar das finanças, documentos e escrita da entidade, opinando sobre as receitas e as despesas relativas às iniciativas de caráter oneroso.
- II. Movimentar, em conjunto com o Presidente, os recursos financeiros da entidade.
- III. Elaborar o planejamento da estrutura orgânica e institucional do IRB, assim como os seus orçamentos para cada exercício social.
- IV. Coordenar a execução das atividades administrativas e financeiras do IRB.
- V. Informar à Diretoria, à Assembléia Geral e aos associados sobre a situação financeira da Entidade, e prestar esclarecimento, quando solicitado;

#### **Art. 26º - Compete ao Diretor de Marketing (ou de Promoções)**

- I – Elaborar projetos de divulgação e conscientização da cultura, criando um ambiente favorável e propício para o desenvolvimento da conscientização e educação dentro de temas intimamente relacionados ao Instituto Renato Borghetti de Cultura e Musica – IRB;
- II – Planejar, organizar e executar ações ligadas à cultura e à arte do Instituto Renato Borghetti de Cultura e Musica – IRB; e
- III – Prestar orientação e assessoramento em diversos eventos ligados à arte e à cultura.

### **SEÇÃO III**

#### **Do Conselho Comunitário**

**Art. 27º –** O Conselho Comunitário é integrado por 05 (cinco) membros, sendo todos eleitos pela Assembléia Geral Ordinária, dentre os associados fundadores e/ou Efetivos, não integrantes de outros órgãos da Administração, sendo que um deverá ser, necessariamente, descendente do familiar de

✓  
B

Renato Becker Borghetti, para mandato de 4 (quatro) anos, podendo ser reeleitos.



#### **Art. 28º – Compete ao Conselho Comunitário.**

I - Representar ante a Diretoria e Assembléia Gerais do IRB, o pensamento, a opinião, as aspirações da família de Renato Becker Borghetti, buscando estreitar os vínculos de mútuo entendimento, sintonia e solidariedade, na realização dos objetivos sociais do Instituto.

II- Participar intensamente das atividades do IRB, através de sugestões, críticas, proposições de trabalho, alteração de rumos, opinando sobre as atividades realizadas.



III- reunir-se com a Diretoria sempre que haja matéria relevante, alheia às atribuições das Assembléias Gerais.

IV – Propor, fundamentalmente, à Assembléia Geral competente censura ou destituição de membro da Diretoria, por quebra dos deveres do mandato.

Parágrafo Único – O conselho comunitário, em primeira reunião após a posse, elegerá um de seus membros para coordenar as atividades desse órgão.

### **CAPITULO VI**

#### **Das Eleições**

**Art. 29º** – A Diretoria será eleita, mediante votação secreta, para mandato de 04 (quatro) anos, no mês de dezembro, pela Assembléia Geral Ordinária.

**Parágrafo 1º** - O regulamento das eleições será comunicado aos eleitores, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

**Parágrafo 2º** - O prazo de inscrição das candidaturas é de 10 (dez) dias, contados da convocação da Assembléia Geral.

**Parágrafo 3º** - É vedado o acúmulo de cargos na Diretoria na mesma gestão.

**Art. 30º** – Não será admitido como candidato a cargos da próxima Diretoria e conselho Comunitário o associado que:

I – Estiver em debito com a entidade.

II- Tiver menos que 5 (cinco) anos como associado do IRB.

III- não ter comparecido, a pelo menos, 3/5 (três quintos) das Assembléias Gerais realizadas no período.

**Art. 31º** – Os membros da Diretoria podem se candidatar à reeleição sem se afastar do cargo, sendo-lhes vedado, em qualquer caso, o exercício da presidência da Assembléia Geral Extraordinária convocada para as eleições a que concorram.

**Parágrafo Único** – Na hipótese desse artigo, a presidência será exercida por associado indicado na própria Assembléia.



**Art. 32º** – A apuração será realizada por 3 (três) escrutinadores, nomeados pelo presidente da Assembléia e na presença dos candidatos, ou de seus delegados representantes, se eles assim o desejarem.

**Art. 33º** – Salvo disposição em contrário da Assembléia Geral, a posse dos candidatos eleitos será efetuada no prazo de até 8 (oito) dias após o registro da ata da Assembléia Geral em que ocorreu o pleito, no cartório competente.



**Parágrafo Único** – Em caso de retardo anormal nesse registro, sem culpa dos Órgãos do Instituto, dar-se-á posse provisória aos eleitos, independente do referido registro.

## CAPITULO VII

### Da Publicidade dos Atos da Entidade

**Art. 34º** – A Entidade dará publicidade, por meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, aos relatórios de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluídas as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS e Receita Federal, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão.

**Art. 35º** – Para assegurar a transparência na aplicação dos recursos, a Entidade deverá:

I – Permitir a fiscalização de suas contas, pelo Conselho Comunitário, Assembléia Geral, admitida a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes, se necessário.

II – Prestar contas aos Órgãos legalmente competentes, de todos os recursos e bens de origem publica recebido, conforme determina o parágrafo único do artigo 70 da Constituição da República.

## CAPITULO VIII

### Da Dissolução da Entidade

**Art. 36º** – A Entidade poderá ser dissolvida por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, especificamente convocada para esse fim, nos termos do artigo 17, inciso IV, do presente Estatuto.

**Art. 37º** – Na hipótese de dissolução da Entidade, a marca Renato Borghetti retornará ao domínio de seus anteriores proprietários, co-formadores deste instituto, ou a seus descendentes em linha reta, sem limite de geração.

**Parágrafo único:** Em caso de dissolução da entidade, o patrimônio remanescente será destinado para o MTG (Movimento Tradicionalista

Gaúcho), inscrito no CNPJ/MF nº 87.923.587/0001-99, com sede na Rua Guilherme Schell, nº 60, Bairro Santo Antônio, em Porto Alegre/RS, CEP:90640-040.



## CAPITULO IX Disposições Gerais


**Art. 38º** – O exercício social da Entidade terá início no dia 1º de janeiro e termino no dia 31 de dezembro, de cada ano.

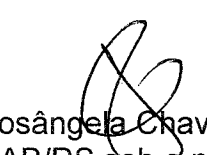
**Art. 39º** – Em caso de vaga ou impedimento, a qualquer tempo, em cargo da diretoria, o lugar será provido, por escolha desse Órgão, entre os associados que, a critério de seus membros, hajam demonstrado particular dedicação aos interesses do Instituto.

**Art. 40º** – Os membros da Administração, do Conselho Comunitário e associados do Instituto não receberão, a qualquer título, remuneração financeira ou de outra qualquer natureza pelos serviços prestados à entidade, ou em seu nome exercido perante terceiros.

**Art. 41º** – A vedação de que trata o parágrafo único do art. 7º deste Estatuto só entrará em vigor para o terceiro mandato da Diretoria e Conselho Comunitário.

**Art. 42º** - As alterações do Estatuto da Instituição somente entrarão em vigor após o seu registro junto ao Registro das Pessoas Jurídicas.

  
Renato Becker Borghetti  
Presidente


  
Rosângela Chaves da Roz  
OAB/RS sob o nº 76.191  
Advogada





**REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS  
COMARCA BARRA DO RIBEIRO-RS**

Protocolado nº 2579, Livro A-3, em 01/09/2020. Averbado o(a)  
ALTERAÇÃO DE ESTATUTO, sob nº AV-01-298, Livro A-6, às fls.  
127. Barra do Ribeiro/RS, 08 de outubro de 2020. Emol:Total: R\$  
66,26 + R\$ 3,30 = R\$ 69,56  
Averbação PJ s/ fins economicos: R\$ 63,10 (0036.04.2000005.00047  
= R\$ 3,30)



- ( ) Fabio Pereira Cervelin - Reg. Público  
(X) Tatiane Carneiro Souto - Reg. Substituta  
( ) Alam Silva Dias - Escrevente Autorizado

